



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

PERSPETIVAS ECONÓMICAS E ORÇAMENTAIS 2020-2024 (ATUALIZAÇÃO)

17 de setembro de 2020



Introdução



- O relatório que hoje publicamos apresenta, para o período 2020 a 2024, uma atualização das perspetivas de evolução económica e das finanças públicas num cenário de políticas invariantes;
- O forte impacto da pandemia na economia e nas finanças públicas portuguesas é, neste momento, o tema dominante de qualquer exercício de projeção;
- Os efeitos da pandemia traduzem-se numa deterioração dos indicadores económicos e de finanças públicas;
- A questão essencial no presente é tentar antecipar qual a duração e a profundidade desses efeitos e de que modo as políticas públicas poderão mitigar os efeitos da crise pandémica;
- Neste trabalho são identificados riscos que poderão afetar negativamente os indicadores económico-orçamentais.



Cenário macroeconómico 2020-2024 (atualização)



- A incorporação de informação para o 2.º trimestre confirmou uma quebra na atividade económica causada pela pandemia da COVID-19 mais acentuada do que o CFP antecipava no cenário base de junho.
- O cenário macroeconómico antecipa para 2020 uma contração de 9,3% do Produto Interno Bruto (PIB) real.
- Esta perspetiva deve-se sobretudo à revisão em baixa do contributo das exportações líquidas e do consumo privado.
- O presente cenário em políticas invariantes continua a ancorar a recuperação económica para 2021 e 2022 no pressuposto de que o choque negativo transitório é sobretudo do lado da procura e que a recuperação se inicia no 2.º semestre de 2020.
- Projeta-se que o PIB em volume recupere o crescimento para 4,8% em 2021 e para 2,8% em 2022, convergindo para valores em torno de 1,7% à medida que a economia recupera o nível pré-COVID-19 em 2024.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Produto Interno Bruto	2,2	-9,3	4,8	2,8	1,8	1,6
Consumo privado	2,2	-8,9	6,9	3,6	1,8	1,2
Consumo público	1,1	3,0	-0,3	0,8	0,9	1,0
Formação Bruta de Capital Fixo	6,6	-6,8	5,9	4,5	3,7	3,5
Exportações	3,7	-22,5	7,5	7,0	4,6	4,4
Importações	5,3	-17,5	9,3	7,8	4,9	4,4
Deflator implícito do PIB	1,7	1,8	1,2	1,3	1,4	1,4
IHPC	0,3	0,1	0,7	1,2	1,4	1,5
PIB nominal	3,9	-7,6	6,1	4,2	3,2	3,0
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,5	10,0	8,8	7,8	7,1	6,8
Emprego	1,0	-4,0	1,3	1,1	0,7	0,4

Nota: variáveis expressas em taxa de variação anual, % (exceto onde indicado)



Cenário orçamental 2020-2024 (atualização)



- O saldo orçamental projetado aponta para uma deterioração mais significativa em 2020 e uma recuperação nos anos seguintes, sem que se antecipe o regresso a uma situação de equilíbrio orçamental até 2024.
- A despesa pública é determinante para a deterioração do saldo orçamental, projetando-se um aumento do seu peso no PIB para 50,3%, em 2020, em resultado do impacto das medidas de resposta à pandemia. A partir de 2021, perspetiva-se uma diminuição em linha com a eliminação das medidas excecionais adotadas, beneficiando adicionalmente do efeito do crescimento do PIB (ef. denominador).
- A receita pública deverá aumentar o seu peso no PIB até 2021, por via do aumento das transferências da EU no combate à pandemia em 2020, assim como pela devolução da pre-paid margin (941 M€) e pelo efeito da anulação da medida de IRC relativa ao pagamento por conta (1150 M€), em 2021. Nos anos seguintes, a sua trajetória reflete as variações das suas bases macroeconómicas inferiores à do crescimento nominal do PIB.
- A dívida pública deverá agravar o seu peso no PIB para 137,6%, em 2020 (+19,9 p.p. face a 2019), retomando a partir de 2021 uma trajetória de redução gradual, não regressando para os níveis pré-pandemia.

	2019	Projeção CFP				
		2020	2021	2022	2023	2024
Receita total	42,9	43,1	43,2	42,5	42,5	42,3
Receita corrente	42,5	42,4	42,4	42,2	42,1	42,0
Receita fiscal	25,0	24,1	24,5	24,6	24,6	24,6
Impostos indiretos	15,1	14,9	14,8	14,9	14,9	14,9
Impostos diretos	9,8	9,3	9,7	9,7	9,7	9,7
Contribuições sociais	11,9	12,4	12,2	12,1	12,1	11,9
Vendas e out. receitas correntes	5,6	5,9	5,6	5,5	5,5	5,4
Receita de capital	0,4	0,7	0,8	0,3	0,3	0,3
Despesa primária	39,7	47,3	43,4	42,6	42,4	42,2
Despesa corrente primária	36,8	43,1	40,0	39,3	39,0	38,7
Consumo intermédio	5,2	5,9	5,6	5,5	5,4	5,4
Despesa com pessoal	10,7	12,1	11,6	11,3	11,1	11,0
Prestações sociais	18,2	20,7	19,8	19,4	19,3	19,3
Subsídios e out. despesas correntes	2,7	4,4	3,0	3,0	3,0	3,0
Despesa de capital	2,9	4,2	3,4	3,3	3,4	3,5
Saldo primário	3,2	-4,2	-0,2	-0,1	0,1	0,0
Juros	3,0	3,0	3,0	2,8	2,8	2,8
Despesa total	42,7	50,3	46,3	45,5	45,2	45,0
Saldo orçamental	0,2	-7,2	-3,2	-3,0	-2,7	-2,7
Saldo ajustado de medidas temporárias	0,8	-6,6	-3,5	-3,0	-2,7	-2,7
Dívida pública	117,7	137,6	134,5	132,3	131,1	130,1



Riscos macroeconómicos



- Salientam-se como principais **riscos descendentes** ao **cenário macroeconómico**:
 - i. os impactos adversos de difícil quantificação que a proliferação da COVID-19 e possíveis medidas de contenção terão no nível da produção industrial, nas cadeias logísticas internacionais, no sector do turismo, a que Portugal está particularmente exposto, e no nível da confiança dos consumidores e empresários;
 - ii. o agravamento das condições de financiamento e a instabilidade financeira que poderá advir do aumento substancial do endividamento a nível global; e
 - iii. o elevado nível de endividamento das famílias e das empresas portuguesas, que pode levar ao aumento do crédito malparado e, conseqüentemente, à deterioração do balanço dos bancos.
- **Risco ascendente**: este cenário não contempla ainda o plano de recuperação da Europa 2021-2027, acordado no Conselho Europeu de 21 de julho de 2020, cujas medidas ainda não se encontram definidas.



Riscos orçamentais



No plano dos **riscos orçamentais** salientam-se os seguintes:

- i. eventual ativação das garantias do Estado concedidas no âmbito das algumas medidas de resposta à pandemia;
- ii. impacto de adicionais apoios ao sector financeiro (Novo Banco), a entidades do sector público (TAP e SATA);
- iii. insucesso no cumprimento das medidas de flexibilização das obrigações fiscais e contributivas;
- iv. a concretização de pressões orçamentais adicionais sobre as componentes mais rígidas da despesa pública (despesa com prestações sociais e despesa com pessoal);
- v. manutenção dos atuais custos de financiamento no mercado de capitais e
- vi. responsabilidades contingentes assumidas (e.g. garantias).



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Obrigada.

